

Humanidades Digitais e Inteligência Artificial: fronteiras e convergências de um debate inadiável

Digital Humanities and Artificial Intelligence: Frontiers and Convergences in an Urgent Debate

George Leonardo Seabra Coelho

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, Brasil
Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins, Brasil
seabracoelho@uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>
<http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Resumo: Este artigo examina as interfaces entre as Humanidades Digitais (HD) e Inteligência Artificial (IA), fundamentando-se na seleção de trabalhos divulgados na revista *Convergências: estudos em Humanidades Digitais* (CONEHD). Com base nessa revisão da literatura e análise comparativa, o objetivo é contestar a ideia de que a IA é neutra, caracterizando-a como um instrumento sociotécnico e político que transforma a identidade, o trabalho e a educação. O presente artigo é dividido em duas partes: a primeira se concentra no horizonte pedagógico, defendendo a centralidade humana e a metacognição como formas de resistência à alienação algorítmica. A segunda trata da mediação humana na internet, analisando de que maneira os algoritmos influenciam a subjetividade, exacerbam as desigualdades de gênero e institucionalizam a solidão.

Palavras-chave: Letramento Crítico; MITECHIS; Cultura Digital.

Abstract: This article examines the intersections between the Digital Humanities (DH) and Artificial Intelligence (AI), drawing on a selection of works published in the journal *Convergências: estudos em Humanidades Digitais* (CONEHD). Based on this literature review and comparative analysis, the objective is to challenge the idea that AI is neutral, characterizing it as a sociotechnical and political instrument that transforms identity, work, and education. This article is divided into two parts: the first focuses on the pedagogical horizon, advocating for human centrality and metacognition as forms of resistance to algorithmic alienation. The second addresses human mediation on the internet, analyzing how algorithms influence subjectivity, exacerbate gender inequalities, and institutionalize loneliness.

Keywords: Critical Literacy; MITECHIS; Digital Culture.

Introdução

O campo das Humanidades Digitais (HD) consolida-se como uma área do conhecimento fundamental para a compreensão das dinâmicas contemporâneas entrecortadas pela Cultura Digital, pela Internet e pelas Redes Sociais Digitais. Embora o marco simbólico de sua afirmação política e epistêmica tenha ocorrido em 2010, com a publicação do *Manifesto das Humanidades Digitais*¹, a gênese dessa área recua ao desenvolvimento dos transistores na década de 1940. Portanto, é um campo do saber que está intrinsecamente relacionado à utilização e à reflexão crítica sobre a computação e as tecnologias digitais nas Ciências Humanas e Sociais. Em outras palavras, reconhece os efeitos dos dispositivos sociotécnicos, resultantes da crescente datificação da vida, no âmbito científico.

Simultaneamente aos debates caros ao campo das HD, a Inteligência Artificial (IA) vem despertando um interesse crescente entre especialistas de diversas áreas científicas. Embora tenha ganhado destaque global recentemente, o desenvolvimento dessa tecnologia remonta aos avanços da arquitetura computacional dos anos 1950. Assim, a evolução da IA expõe uma tensão interessante entre a possibilidade de uma lógica universal e a realidade de sistemas que, na prática, refletem de forma distorcida a nossa própria cultura. No entanto, há uma mudança de paradigma: deixamos de ter máquinas (*hardware*) que obedecem exclusivamente aos comandos humanos para sistemas (*software*) que “aprendem” por meio da indução estatística a partir de grandes volumes de dados. Compreendo que, para as HD, a IA representa não apenas um auxílio metodológico, mas também um novo domínio de arqueologia digital.

Observa-se, portanto, uma isocronia de fenômenos socioculturais permeados pelas tecnologias digitais que une a trajetória da HD e da IA. Tal ocorrência de processos independentes convoca pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas a um debate urgente sobre a tríade indivíduos, sociedade e máquinas.

É neste cenário que o dossiê *Humanidades Digitais e Inteligência Artificial* – publicado pela revista *Convergências: estudos em humanidades digitais*² (CONEHD) – ganha relevância. Organizado por Breno Rodrigo de Oliveira Alencar (IFPA), João Pedro Lyra da Silva (Fundaj) e Mariana de Carvalho Ilheo (Unicamp), o referido dossiê se destaca como uma contribuição

¹ Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais> Acesso em: 18 mar. 2026.

² Disponível em: <http://periodicos.ifg.edu.br/cehd/issue/view/80> Acesso em: 17 mar. 2026.

essencial ao debate acadêmico latino-americano dedicado às interconexões entre IA e HD. Os textos reunidos oferecem uma oportunidade valiosa de reflexão sobre as complexas interseções entre a contemporaneidade e o avanço das tecnologias generativas³. Compreendo essa coletânea de textos publicada em 2025 como um esforço intelectual realizado por jovens pesquisadoras e pesquisadores necessário para preencher lacunas no cenário acadêmico.

Enquanto o Norte Global tem produzido reflexões robustas sobre o tema – por meio de autores como Crawford (2021), Amore (2020), Pawlicka-Deger (2022), Broussard (2018), Rackwell e Sinclair (2016), Hayles (2017) e Manovich (2020) –, as pesquisas no Cone Sul ainda se mostram rarefeitas. Este dossiê buscou justamente diminuir essa disparidade, trazendo para o centro da pauta a produção, a apropriação, o controle e o impacto das tecnologias de IA na cidadania e na produção/disseminação de conhecimentos.

As discussões apresentadas no referido dossiê e analisadas neste artigo transcendem a problematização meramente técnica, mas focam nos riscos e nos cuidados éticos que o emprego massivo da IA requer. Ressalto que as implicações sociais, políticas, culturais e morais dessa integração tecnológica afetam o curso das relações humanas e não humanas em escala global, exigindo um olhar atento por parte das ciências que compõem o campo das humanidades.

Com base nessas considerações preliminares, esse artigo analisará⁴ os artigos publicados neste dossiê. Ao problematizar a presença e o impacto da IA em diferentes esferas sociais, os autores e autoras – que tiveram seus estudos publicados no dossiê – sugerem um entendimento diversificado de como essas tecnologias reconfiguram a contemporaneidade.

Defendo que esses textos acessíveis por meio da plataforma de periódicos do IFG configuram-se como um convite à reflexão crítica. Ele pretende, inclusive, não apenas

³ A Inteligência Artificial (IA) é um campo amplo que engloba diversas tecnologias de automação e análise. As tecnologias generativas (GenAI) referem-se especificamente a modelos treinados para gerar novos dados (texto, imagem, áudio). É bom lembrar que a IA existe há décadas (como os algoritmos que recomendam filmes na Netflix), mas ela não "criava" nada, apenas escolhia opções. A IA Generativa é a evolução que permite que a máquina escreva o roteiro do filme em vez de apenas sugerir um. Para os propósitos desta discussão, os termos serão tratados como sinônimos, referindo-se à capacidade dessas ferramentas em simular a produção intelectual humana. Assim, embora IA e Tecnologias Generativas possuam distinções técnicas — sendo a segunda um subcampo da primeira voltado à criação de novos conteúdos — utilizaremos os termos de forma intercambiável para fins de fluidez.

⁴ Em nossa pesquisa adotamos a perspectiva da revisão integrativa da literatura, particularmente pela natureza pluriforme, pois ela possibilita a incorporação de diferentes estudos. Essa abrangência foi crucial para a análise crítica dos textos, permitindo a detecção de lacunas e pontos fortes nas produções atuais, além de oferecer a fundamentação teórica necessária para a criação de um novo quadro conceitual sobre como diversos campos de investigação entendem os impactos da Inteligência Artificial (WHITTEMORE e KNAFL, 2005).

documentar o estado da arte, mas marcar os caminhos éticos e metodológicos para pesquisas futuras, especialmente numa sociedade cada vez mais atravessada por algoritmos.

O presente artigo se divide em duas seções e as considerações finais. A primeira seção intitula-se: *O fator humano e a autonomia crítica: perspectivas pedagógicas sobre a Inteligência Artificial no horizonte das Humanidades Digitais*. O foco é analisar o conjunto de artigos que se dedicam ao estudo da IA na educação. Como resultado analítico, pontuo que tais estudos compreendem as tecnologias não como uma ferramenta neutra, mas como um fenômeno sociotécnico complexo, que exige um debate ético e, acima de tudo, a defesa pela centralidade humana no processo pedagógico.

Os autores também destacam a necessidade de a escola se reinventar frente às tecnologias generativas, reinvenção que poderá construir as bases para se contrapor ao risco da alienação algorítmica, pela defesa da metacognição e pela manutenção da mediação docente no processo ensino-aprendizagem. Por fim, essa seção chama a atenção para o fato de que o fortalecimento das HD depende de um letramento crítico que questione as bases políticas e as desigualdades estruturais que moldam o uso da IA.

Na segunda seção, intitulada *O sujeito na rede: transformações geracionais, desigualdades de gênero e a nova gestão da vida digital*, reúno textos que abordam o papel das IAs na mediação humana. Ao defenderem que as tecnologias generativas não são neutras, os textos analisados destacam que esses dispositivos ocupam, cada vez mais, a centralidade nas mediações que moldam a subjetividade humana, a regulação das relações de trabalho e as estruturas de poder democrático.

Espero demonstrar nesta seção que os estudos problematizam como os algoritmos institucionalizam a solidão, aceleram o esgotamento profissional e amplificam vieses estereotipados de gênero e raça. Por último, evidencio que os textos analisados ressaltam a urgência do letramento crítico e da vigilância institucional para enfrentar a obscuridade algorítmica. Essas são práticas fundamentais para preservar a autonomia cognitiva e garantir a integridade do debate público na era digital.

Convido o leitor a mergulhar criticamente nas intrincadas conexões entre as HD e a IA. Essa exploração é essencial para quem deseja entender o letramento crítico e a vigilância institucional não como meras ideias teóricas, mas como ferramentas vitais de resistência. Meu intuito é despojar as tecnologias generativas de sua suposta neutralidade, evidenciando a

necessidade de proteger a autonomia cognitiva e a centralidade humana diante da mediação algorítmica.

O fator humano e a autonomia crítica: perspectivas pedagógicas sobre a Inteligência Artificial no horizonte das Humanidades Digitais

Como dito na introdução, essa seção analisa os artigos – publicados na revista CONEHD – que abordam as interfaces entre os usos da IA e a Educação. O primeiro texto intitula-se *A Íntima Relação entre Escola e Inteligência Artificial*. Ao apresentar uma abordagem necessária sobre os desafios da contemporaneidade educacional, Lucas Bitencourt Fortes (2025) refuta a neutralidade da IA e transcende análises meramente técnicas sobre essa tecnologia. Ao propor esse caminho, o autor reivindica um debate ético-pedagógico que posicione a formação cidadã como o eixo central do processo educativo, que nos últimos anos vem sendo atravessado por novas camadas tecnológicas.

O caminho para alcançar a pretendida formação crítica seria a reinvenção da escola, uma vez que ela não pode permanecer alheia às profundas transformações tecnológicas que já permeiam a vida social. Ao valorizar a intencionalidade pedagógica humana nesta conjuntura, Fortes (2025) não nega a possibilidade de a IA se tornar um vetor para o pensamento crítico e para a reflexividade⁵.

O artigo apresenta pontos de possíveis aperfeiçoamentos, uma vez que o próprio autor⁶ reconhece o caráter predominantemente reflexivo e teórico do seu texto. Constatação que resulta na escassez de sugestões e diretrizes metodológicas práticas a serem aplicadas ou, ainda, de exemplos didáticos que orientem o professor sobre como operacionalizar o uso crítico da IA em sala de aula.

⁵ Apesar do entusiasmo latente, Fortes (2025) não nega o cenário brasileiro marcado por desigualdades e precariedades estruturais, mas o coloca em perspectiva.

⁶ Lucas Bitencourt Forte admite, inclusive, que no início da sua trajetória acadêmica esteve mais vinculado a outras áreas, por exemplo, com pesquisas que envolviam o cinema. Isso sinaliza que a incursão profunda no campo da IA é um processo de investigação ainda em construção. Isso reflete um domínio que, embora bem argumentado, ainda tateia as complexidades do desenvolvimento técnico dos sistemas operacionais que gerenciam a criação de IA.

Mesmo com essas lacunas, nota-se que o ponto alto do artigo reside na defesa da mudança do *ethos* escolar, deixando em segundo plano e/ou para estudos futuros a operacionalização técnica desse processo. A perspectiva de Fortes (2025) adquire uma dimensão sociológica bastante pertinente ao convergir com a matriz teórica de Andrew Feenberg (2003). Sob esse prisma, a tecnologia é compreendida não apenas como aparato técnico, mas como um recurso que condiciona os modos de vida contemporâneos e se consolida na materialidade tangível do cotidiano escolar (FORTES, 2025).

Ao sintetizar a definição de IA presente no texto, entendo que Fortes (2025) compreende-a a partir de uma perspectiva plural. A IA é – primeiramente – um campo complexo que combina linguística e ciência da computação, que objetiva simular a compreensão humana por meio do processamento algorítmico derivado da linguagem humana. Em segundo lugar, as tecnologias generativas produzem conteúdo a partir de uma complexa base de dados. Partindo destes dois entendimentos, a IA é definida como uma inteligência técnica, que não deve ser confundida com a capacidade cognitiva, a ética e a sensibilidade intrínsecas ao ser humano.

Outro texto que compõe o dossiê intitula-se *Entre estudantes e docentes: o uso do ChatGPT no ensino de línguas estrangeiras na Universidade degli Studi di Perugia*. De autoria de Melissa Bertolini Rodrigues e Paula Caldas Brognoli (2025), o estudo apresenta uma análise empírica e relevante sobre a integração de tecnologias generativas no ambiente universitário.

O texto destaca-se por sua abordagem fundamentada na realidade prática, afastando-se de especulações teóricas ao investigar o uso real do *ChatGPT* em sala de aula. Um ponto forte é a evidência de que os estudantes, embora utilizem a ferramenta, buscam manter uma postura moderada, realizando ajustes constantes nas respostas geradas pela IA. Segundo as autoras, tal constatação desmistifica a ideia de que os discentes seriam meros receptores passivos! Além disso, o artigo valoriza a interação humana e o papel docente no ensino de línguas mediado pela IA. Em outras palavras, a orientação do professor permanece insubstituível na compreensão de nuances culturais e gramaticais que a máquina ainda não consegue processar de forma satisfatória (RODRIGUES e BRAGNOLI, 2025).

Apesar de a amostra ser pertinente ao contexto da Universidade de Perugia (Itália), o recorte geográfico dificulta a possibilidade de generalização dos resultados para outras realidades educacionais, sobretudo em países onde os níveis de acesso às tecnologias digitais e de infraestrutura computacional são distintos. Outra questão problemática reside no fato de que,

como a pesquisa é centrada em momento de acelerada evolução da IA, algumas das conclusões sobre as funcionalidades do *ChatGPT* podem se tornar datadas com novas atualizações da tecnologia. Faltou também um aprofundamento maior sobre as questões de soberania tecnológica e os riscos de dependência de plataformas proprietárias (como é o caso da *OpenAI*), que são temas recorrentes nas HD.

Para além destas questões que podem ser desenvolvidas futuramente, as autoras definem a IA – particularmente o *ChatGPT* – como um sistema de suporte tecnológico capaz de personalizar e potencializar o processo de aprendizagem. As pesquisadoras definem a IA (*ChatGPT*) como uma ferramenta de processamento de linguagem que tem a possibilidade de auxiliar na realização de exercícios; todavia, as autoras enfatizam que essa tecnologia carece de consciência pedagógica.

A tese central do texto afirma que a IA não é capaz de substituir o professor. Essa tecnologia é vista como um recurso de apoio que, para ser eficaz, deve estar sob o controle do estudante – por meio de edição e correção – e sob a mediação do docente. No que diz respeito à relação estudante-professor na contemporaneidade, a IA (*ChatGPT*) é vista como uma tecnologia que exige uma transição de um modelo de ensino tradicional para um modelo de “integração crítica” (RODRIGUES e BROGNOLI, 2025: 292). Com base nessa proposta, a máquina atua como um assistente intelectual, enquanto a responsabilidade pelo conhecimento, pela ética e pela sensibilidade cultural permanece sendo uma prerrogativa exclusivamente humana.

O artigo intitulado *Eu, educadora: reflexões sobre o avanço da Inteligência Artificial na educação*, de autoria da pesquisadora Andréa Aparecida Rodrigues (2025), oferece um relato pessoal e acadêmico sobre a angústia e a esperança diante das transformações digitais vivenciadas em sala de aula. O texto destaca-se pela honestidade intelectual e humanização do debate tecnológico. Ao assumir a primeira pessoa, a autora traz a vulnerabilidade docente para o centro da discussão, reconhecendo abertamente os sentimentos de medo e obsolescência que a IA desperta nos professores. Esse posicionamento permite uma conexão profunda com o leitor, transformando um tema técnico em uma questão de afeto e resiliência.

Outro ponto que merece destaque é a sua abordagem otimista e ética. Rodrigues (2025) não se rende ao alarmismo tecnológico, mas defende o uso da IA como uma oportunidade para promover a equidade e a humanização na escola pública, desde que alicerçada em uma concepção crítica. Contudo, o caráter opinativo e ensaístico do texto, embora valioso para a

reflexão, carece de uma estruturação mais detalhada. Esse detalhamento seria importante para entender como as propostas de humanização poderiam ser implementadas na prática cotidiana do sistema público de ensino, que frequentemente é marcado pela escassez de recursos.

O texto, ao focar na dimensão existencial do educador, acaba por deixar em segundo plano a discussão sobre as políticas públicas e o poder corporativo das *Big Techs* que fornecem essas ferramentas. Esse aspecto é crucial para compreender os limites reais da autonomia que a autora deseja preservar; no entanto, não foi aprofundado.

Para Rodrigues (2025), a IA não é compreendida como um fim em si mesma, mas como um processo complexo de mediação que reconfigura o saber escolar. A IA é definida como um avanço tecnológico que, ao mesmo tempo em que automatiza tarefas e gera conteúdos, desafia a identidade do professor ao realizar funções anteriormente exclusivas da cognição humana. Em última análise, a IA pode ser encarada como um potencializador da prática docente, em outros termos, como um recurso que – quando submetido a uma mediação ética e sensível – pode servir para diminuir distâncias e democratizar o acesso ao conhecimento. Enfim, essa pretensa potencialidade somente pode ser alcançada desde que o foco da educação continue sendo a interação humana, o afeto⁷ e a formação de cidadãos, e não apenas o consumo passivo de dados gerados por algoritmos.

A análise do artigo *Interfaces entre Humanidades Digitais e Inteligência Artificial na Educação: uma revisão de escopo* permite identificar outros aspectos sobre a articulação entre tecnologias digitais e educação. Escrito por Márcio Finamor, Davi José de Souza da Silva e Nathalia Christine Santos Corrêa da Silva (2025), o artigo destaca-se por seu rigor metodológico. Ao utilizar diretrizes consolidadas como as do *Joanna Briggs Institute* e o protocolo *PRISMA-SCR*, o estudo nos dá uma visão estruturada sobre um tema ainda difuso: as conexões entre HD e a IA. O levantamento apresentado é fundamental para o campo acadêmico brasileiro, pois expõe um problema: a produção científica nacional sobre a intersecção entre HD e IA é expressiva, mas carece de visibilidade em periódicos internacionais de alto impacto⁸.

⁷ Mesmo que a autora mantém a esperança na afetividade, a autora entende que a IA é um espelho da sociedade, pois a tecnologia carrega os vieses e preconceitos de quem a programa, exigindo uma postura crítica do educador.

⁸ Este estudo também poderia ter explorado com mais profundidade os impactos específicos das desigualdades de acesso às tecnologias digitais na América Latina, indo além da constatação de que o campo é heterogêneo. Contudo, não é apenas uma lacuna deste texto, geralmente todos os estudos publicados no referido dossiê se silenciaram ao abordar as desigualdades tecnológicas em nações periféricas como a brasileira.

A fragilidade do estudo, conforme apontado pelos próprios autores, decorre da natureza do mapeamento de um campo de conhecimento que se altera em velocidade estonteante. Como a IA evolui quase semanalmente, a revisão de escopo – embora rigorosa – pode tornar-se rapidamente defasada em relação às atualizações das ferramentas generativas que surgirão após o fechamento da pesquisa. Com base nesses apontamentos, o texto torna-se um convite para a comunidade científica buscar uma integração mais coesa e menos técnica entre as humanidades e as tecnologias digitais, não apenas temática, mas colaborativa entre os cientistas.

Para os autores, a IA é compreendida como uma tecnologia de mediação e transformação de práticas sociais e pedagógicas. Essa tecnologia não é definida apenas por suas capacidades computacionais, mas, sim, pelas possibilidades de alterar a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e acessado. Em complemento a essa perspectiva, Finamor, Silva e Silva (2025: 291) veem a IA como um componente capaz de promover a “cibercidadania” e novas formas de participação política. Contudo, os autores reconhecem que ela possui uma faceta dual: se, por um lado, a IA conecta saberes heterogêneos e amplia a cooperação científica, por outro, ela atua como um fator de concentração de poder.

A IA é, portanto, um dispositivo que permeia o controle sobre a preservação cultural e a institucionalização do conhecimento ou, para ser mais claro, essa tecnologia representa um desafio à autonomia acadêmica. Em decorrência deste fato, é fundamental que as instituições de ensino e pesquisa desenvolvam não apenas habilidades técnicas, mas também uma capacidade crítica para gerenciar a maneira como essas tecnologias influenciam a estrutura do conhecimento e da educação no futuro.

Outro texto que aborda as interações entre a IA e a educação intitula-se *O desafio da autonomia cognitiva humana na Era da Inteligência Artificial*. Escrito por Alejandro Knaesel Arrabal e Maria Eduarda Bernardes França (2025), o estudo permite uma reflexão sobre o impacto dos algoritmos na cognição humana. Um diferencial importante está no fato de não focar apenas na tecnologia em si, mas no processo cognitivo do usuário. A introdução do conceito de metacognição – a capacidade de monitorar e regular os próprios processos de pensamento – é posta como uma ferramenta intelectual de defesa frente à IA (ARRABAL e FRANÇA, 2025).

Os autores estabelecem uma base teórica sólida ao articular filosofia, pedagogia e ciência da computação, oferecendo um argumento robusto contra o uso passivo da tecnologia

generativa. Além disso, o artigo alerta de maneira contundente para o risco da “alienação tecnológica”, na qual a conveniência dos algoritmos pode levar à atrofia da capacidade crítica e criativa humana, uma preocupação central para a contemporaneidade (ARRABAL e FRANÇA, 2025: 142).

Embora a metacognição seja apresentada como a solução, o artigo dedica pouco espaço para detalhar como essa estratégia pode ser ensinada em contextos educacionais concretos, especialmente em salas de aula com grandes disparidades de acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Outra questão que poderia ter sido explorada com mais afinco seria as dimensões éticas e políticas do *design* das plataformas de IA. Concordo com os autores ao afirmarem que a autonomia cognitiva não depende apenas da consciência do usuário, mas está intrinsecamente associada à arquitetura de escolha – por parte do usuário – que acaba sendo imposta pelas empresas de tecnologia.

De modo geral, Arrabal e França (2025) compreendem a IA como um sistema de mediação algorítmica que altera a relação do indivíduo com o conhecimento. Eles definem essa tecnologia não como uma inteligência viva, mas como um complexo de tecnologias baseadas em processamento de grandes volumes de dados (*Big Data*) que funcionam por meio de padrões e probabilidades preestabelecidos pelas *Big Tech*. Como complemento, IA é posta como um dispositivo de dupla face: ela oferece uma eficiência inegável na resolução de problemas e acesso à informação, mas atua, simultaneamente, como um potencial entorpecedor da cognição humana. Essa tecnologia é posta como um sistema que altera a autonomia do indivíduo ao oferecer respostas prontas, o que pode reduzir o esforço reflexivo. Em última análise, a IA impõe um desafio ontológico e educativo, pois exige que o ser humano não apenas aprenda a operar a máquina, mas que desenvolva uma consciência crítica sobre o seu papel de agente ativo. Enfim, somente assumindo esse papel é que o usuário garante que o pensamento reflexivo não seja substituído pela automação algorítmica.

Com base na leitura destes cinco estudos, minha análise revela um diálogo multifacetado sobre o papel da educação diante da era da datificação. Os artigos convergem para a ideia de que a IA não é uma ferramenta neutra, mas um dispositivo sociotécnico que exige uma postura ativa e crítica, tanto de docentes quanto de discentes. Também considero que os textos dialogam entre si, especialmente referente à concepção de que a instituição escolar e seus agentes não podem ignorar esses avanços, sob pena de promover uma alienação tecnológica entre os sujeitos que

interagem na e com a escola. Esta preocupação com a alienação é amplificada a partir do conceito de “autonomia cognitiva” (ARRABAL e FRANÇA, 2025: 154).

Outro diálogo contumaz entre os estudos reside no desafio que se impõe para superar o paradoxo entre a facilidade proporcionada pelos algoritmos e o risco de atrofia do pensamento crítico. Desse desafio, surge o conceito de metacognição – o ato de pensar sobre o próprio processo reflexivo – como uma estratégia de resistência e de uso ético da tecnologia. Todavia, foi sustentado que os estudantes – que utilizam a ferramenta generativa – precisam ter em mente a necessidade constante de ajustar as respostas geradas e que a participação do professor na mediação com as TDIC é primordial. De modo geral, esses estudos reafirmam a insubstituibilidade do papel humano na mediação entre os sujeitos, a técnica e o conhecimento.

Com base nessas considerações, reforço um posicionamento que venho apresentando em outros textos publicados por mim – Coelho *et al.* (2022), Coelho e Silva (2023), Coelho, Santos e Alves (2024) e Coelho *et al.* (2024) – em colaboração com integrantes do Grupo de Pesquisa MITECHIS. Nestes estudos, chamo a atenção para a formação inicial e continuada dos docentes para a apropriação das potencialidades oferecidas pelas TDIC. A formação inicial e continuada de professores e pesquisadores, conforme venho defendendo, deve ser pensada como um processo que exige a superação de um modelo puramente técnico para alcançar uma compreensão crítica e metodológica da cultura digital. O cenário contemporâneo, intensificado por eventos como a pandemia da Covid-19, revelou uma lacuna entre o domínio das ferramentas digitais e a sua aplicação pedagógica e historiográfica, demandando que o profissional da história se reinvente para atuar em uma sociedade de convergência informativa.

O curioso é que, mesmo com a superação da pandemia da COVID-19, a incapacidade de domínio técnico ainda persiste, tanto na formação inicial quanto na formação continuada. Nesse sentido, a formação deve capacitar o docente e o pesquisador a transitar por ambientes de rede, transformando acervos e arquivos digitais em verdadeiras oficinas de aprendizagem, onde se exerce a atitude historiadora. Isso implica não apenas saber manusear fontes digitalizadas ou dados quantificados pelas tecnologias generativas, mas também compreender a lógica da cibercultura e as linguagens contemporâneas – como a dos jogos eletrônicos – para analisar representações do passado e desenvolver a consciência histórica dos estudantes.

Ainda sobre a questão da formação continuada, defende que ela não deve ser desassociada da prática de pesquisa, exigindo, por exemplo, que os historiadores adotem

métodos das Humanidades Digitais para acessar, organizar e disseminar o conhecimento de forma reflexiva. Chama a atenção, inclusive, o conservadorismo acadêmico e a insuficiência dos manuais didáticos, que muitas vezes falham em oferecer orientações práticas sobre a interface entre tecnologia e ensino. Em síntese, defendo uma formação que integre a inovação tecnológica à produção de cultura, incentivando o desenvolvimento de competências digitais que permitam ao professor atuar como um mediador crítico. Parto do pressuposto de que o objetivo final é que esse profissional seja capaz de utilizar a tecnologia não como um fim em si mesma. Mas como um meio para potencializar a análise histórica, mantendo sempre o rigor metodológico e a interação humana como eixos centrais do fazer educativo e científico.

Entendo que, em conjunto, os textos analisados nesta seção sugerem que o futuro das HD na educação depende de um letramento crítico que não apenas ensine a usar a IA, mas que questione suas bases políticas, sociais e epistemológicas. Considero que estes textos apontam que as tecnologias generativas não devem ser apropriadas apenas como uma ferramenta tecnológica, mas como um fenômeno sociotécnico complexo que simula capacidades humanas e exige uma postura ética e crítica por parte dos usuários.

Não posso deixar de concordar com Arrabal e França (2025) sobre a existência de uma produção robusta no Brasil e na América Latina. No entanto, ela carece de maior visibilidade internacional e de uma integração mais coesa entre as dimensões técnicas e as humanísticas. Daí chamo a atenção para a articulação que o Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS) – liderado pelo Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho (PPGHispan/PPGCIamb-UFT) – e a revista CONEHD vêm constituindo, tornando-se um dos pilares para a difusão das HD no Brasil.

Essa rede se fortalece com a realização conjunta do *Congresso Internacional de Humanidades Digitais, Cultura e Ensino* e do *Simpósio Nacional de Mídias, Tecnologias e História*, que ocorre desde 2021 e ocorre anualmente em formato online. Esses eventos funcionam como espaços de convergência para o debate crítico sobre o impacto das IAs e das HD na pesquisa e no ensino. A rede impulsiona a produção de conhecimento brasileiro em três aspectos fundamentais: 1) institucionalização: converte experimentações pontuais em um campo de saber estruturado e interdisciplinar; 2) descentralização: engloba pesquisadores de diferentes regiões e do exterior, estimulando um debate sobre o uso ético das IAs a partir da ótica do Sul Global; 3) fluxo contínuo: estabelece um ciclo em que as discussões dos simpósios são

aprofundadas e divulgadas na CONEHD, assegurando que o avanço tecnológico seja acompanhado por uma reflexão teórica aprofundada e acessível.

O Sujeito na Rede: Transformações Geracionais, Desigualdades de Gênero e a Nova Gestão da Vida Digital

Abrindo a seção sobre os impactos das IAs na mediação humana, apresento alguns apontamentos com base no artigo *Humanidade Desconectada: Algoritmos, Plataformas, Solidão e Miragens Digitais*, de autoria de Carlos Busón Buesa (2025). Este estudo destaca-se pela sua robusta fundamentação teórica, que reúne o pensamento de filósofos e sociólogos contemporâneos como Bauman (2005), Han (2012, 2014a, 2014b, 2015) e Zuboff (2019). Além disso, destaca-se pelo rigor metodológico – o uso de *softwares* como o *IRaMuTeQ*⁹ e o *TextBlob*¹⁰ – para problematizar a reconfiguração dos vínculos sociais na era digital.

A partir das propostas das HD, o autor consegue realizar uma análise que transita entre a densidade qualitativa e a precisão quantitativa. Outra qualidade do artigo é a sua capacidade não só de desconstruir o discurso institucional de personagens como Mark Zuckerberg, mas também de apreender a recepção crítica e as tensões éticas manifestadas pelos usuários comuns. Essa proposta oferece uma visão atualizada sobre uma espécie de institucionalização da solidão proporcionada pela Cultura Digital e, ainda, sobre os desafios das políticas públicas diante do isolamento social moderno.

Por outro lado, o texto apresenta certas lacunas que residem, em parte, no alcance de seu objeto de estudo e nas limitações das ferramentas empregadas. O *corpus* de análise, composto por comentários do *YouTube*, pode representar um nicho de audiência já interessado e sensibilizado pelo tema, o que impede uma generalização dos resultados para a população global. Embora a análise léxica automatizada forneça dados estruturais importantes, ela encontra barreiras para interpretar nuances humanas complexas como a ironia e o sarcasmo, exigindo um esforço analítico por parte de quem interpreta os dados.

⁹ Disponível em: <https://pratinaud.gitpages.huma-num.fr/iramuteq-website/> Acesso em: 24 mar. 2026

¹⁰ Disponível em: <https://textblob.readthedocs.io/en/dev/> Acesso em: 24 mar. 2026.

A centralidade do ecossistema da *Meta* no texto de Buesa (2025) levanta uma questão que transcende o escopo do seu estudo. No entanto, ela se impõe como agenda para pesquisas futuras: de que maneira outras lógicas de IA – orientadas estritamente à produtividade industrial ou à investigação científica – impactam o tecido social sob dinâmicas distintas das plataformas de entretenimento e conexão?

No que diz respeito à compreensão de IA, Busón Buesa (2025) a define como um dispositivo que não ocupa uma posição central na mediação e no comportamento humano. No entanto, atua como um simulacro afetivo que tenta substituir a presença real e a alteridade por conexões sem fricção. Isso transforma a solidão em um produto de *design* e rentabilidade dentro do sistema tecnocapitalista. Por fim, o autor defende que essa tecnologia alicerça uma espécie de “psicopolítica” ou automatização emocional, com o objetivo de maximizar o engajamento e a gratificação imediata (BUSÓN BUESA, 2025: 119). Assim, a IA deixa de ser apenas um processador de dados para se tornar um sistema que mapeia e molda a subjetividade, substituindo a compreensão intersubjetiva pela lógica fria do cálculo e da predição algorítmica.

Em relação ao texto *O Trabalho, Gerações e Tecnologias: Reflexões sobre Identidade e Transformações no Mundo Contemporâneo*, escrito por Geovanna Chagas Cardoso, Maria Auxiliadora Avila e Alessandro Messias Moreira (2025), é possível perceber diversas características que identificam os impactos da IA no ambiente de trabalho.

O artigo destaca-se por realizar uma revisão bibliográfica fundamentada em autores de referência na área de gestão de carreiras e sociologia do trabalho, como Dutra (2008; 2009) e Cepellos, Silva e Tonelli (2019). A abordagem dos autores é interdisciplinar, conectando conceitos históricos – como a origem etimológica da palavra “trabalho” – a fenômenos contemporâneos como o “desemprego tecnológico” (CARDOSO, AVILA e MOREIRA, 2025: 196) sob a perspectiva da psicologia. Outro mérito relevante é a análise detalhada das particularidades de cada geração (*Baby Boomers*, X, Y e Z), o que permite compreender como valores e vivências distintas moldam a relação com o universo digital e a busca por sentido na vida profissional.

Para que esses conceitos sejam trabalhados, o texto trouxe dados demográficos atualizados do IBGE (2023) para contextualizar o envelhecimento populacional e o combate ao

ageísmo¹¹ nas organizações. Como complemento analítico, os autores apontam a lacuna em pesquisas que aprofundem a discussão crítica do trabalho digital, especificamente sob a ótica das diferenças geracionais. Isso indica que o campo ainda carece de estudos empíricos mais robustos que comprovem como essas ferramentas são apropriadas no dia a dia por diferentes gerações.

Apesar de todos os pontos positivos, o texto apresenta pontos frágeis. Um deles é a própria natureza da revisão bibliográfica, que, embora rigorosa, foca primordialmente na produção de Dutra (2008; 2009), Capellos, Silva e Tonelli (2019). Esse caminho limitou a diversidade de perspectivas teóricas sobre o tema. O texto também toca, de forma breve, em questões de exclusão social e informalidade decorrentes da tecnologia, sem se aprofundar nas consequências estruturais de longo prazo para as populações que ficam à margem do mercado digital.

Quanto ao entendimento da IA, essa tecnologia é definida não como ferramenta técnica isolada, mas como um recurso de reconfiguração da identidade humana e da dinâmica social. Esse recurso é compreendido dentro de um processo de automação que, embora aumente a produtividade, impõe uma lógica de visibilidade e disponibilidade constante que pode levar ao esgotamento físico e emocional dos usuários. Cardoso, Avila e Moreira (2025) definem a IA como uma mediadora que altera a percepção de tempo e espaço no trabalho. Isso cria uma dicotomia entre o encantamento pelas novas possibilidades de aprendizado e o aprisionamento a um ideal sedutor de sucesso que, na maioria dos casos, negligencia o bem-estar e a preservação da dimensão humana. Assim, a tecnologia generativa é vista como um pilar de transformação que exige dos indivíduos uma capacidade permanente de reinvenção e adaptação, impactando diretamente o sentimento de pertencimento e o propósito da existência humana.

O artigo *População Conectada: como a internet e as redes sociais online transformaram as campanhas eleitorais no Brasil*, de Iana Oliveira da Silva Aguiar (2025), apresenta uma análise histórica e longitudinal detalhada da evolução do *marketing* político digital no país. O percurso analítico inicia-se com o mapeamento de sites desde 2010 até a dominância das redes sociais e

¹¹ O ageísmo, também conhecido como etarismo ou idadismo, refere-se ao preconceito, estereótipos e discriminação que têm como fundamento a idade de um indivíduo. Apesar de poder impactar indivíduos de todas as idades, a condição é mais usual ocorre entre os idosos, provocando exclusão social, diminuindo oportunidades de emprego e contribuindo para a diminuição da autoestima.

da IA em 2024. O texto destaca-se, ainda, por discutir com propriedade o fenômeno da desinformação e das *fake news*, correlacionando-as à polarização política e aos danos ao processo democrático. Além disso, a autora realiza uma importante conexão interdisciplinar entre a comunicação e o Direito Eleitoral, evidenciando o protagonismo do Poder Judiciário – Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Federal – diante do vácuo legislativo e da inércia do Congresso Nacional em regulamentar o ambiente digital.

Como pontos frágeis, o texto baseia-se primordialmente em uma revisão bibliográfica, o que, embora ofereça uma síntese qualificada, pode carecer de dados empíricos primários inéditos que aprofundem casos específicos de campanhas eleitorais locais fora dos grandes centros urbanos. A análise, ainda, concentra-se fortemente no papel reativo das instituições judiciais, deixando de lado uma discussão mais propositiva sobre estratégias de alfabetização digital para o eleitorado, o qual é mencionado apenas brevemente como uma necessidade para mitigar a vulnerabilidade da população. Outra limitação é a ausência de problematização que aborde o ritmo acelerado das inovações tecnológicas ou como ocorre o processo de tornar obsoletas determinadas plataformas específicas. O próprio texto ilustra essa volatilidade ao citar a descontinuidade de redes sociais como o *Orkut*¹², mas apenas a título de ilustração.

No que se refere à definição sobre IA, Aguiar (2025) a define como uma ferramenta que assumiu protagonismo nas campanhas de 2024, atuando de forma ambivalente. Por um lado, a tecnologia generativa é vista como uma aliada estratégica capaz de realizar análise de sentimentos baseados em algoritmos, oferecer a segmentação de público e a automação de conteúdos, o que potencializa o engajamento e a personalização das mensagens eleitorais. Por outro lado, a autora entende a IA como um vetor de risco significativo. Essa tecnologia, segundo a autora, facilita a produção em massa de conteúdos falsos e desinformação, exigindo novos mecanismos de transparência, responsabilização dos criadores e, especialmente, a consolidação de uma vigilância institucional proativa para garantir a integridade do debate público.

O artigo *Viés de Gênero em Algoritmos de Recomendação Política*, de Gabriela André (2025), apresenta como um de seus principais pontos positivos a sólida fundamentação teórica que une os campos da comunicação, ciência política e teoria feminista para analisar a “sociedade em rede” (CASTELLS, 2010: 40). O texto é eficaz ao desmistificar a suposta neutralidade técnica

¹² Orkut: rede social associada ao Google, que funcionou de 2004 a 2014. Nos primeiros dez anos dos anos 2000, a plataforma de relacionamentos mais popular no Brasil e na Índia se destacou pela organização de usuários em “comunidades temáticas” e pela introdução de recursos de interação, como “depoimentos” e “scraps” (recados).

dos algoritmos, revelando-os como dispositivos que codificam valores e podem atuar como ferramentas do “capitalismo de vigilância” para moldar comportamentos (ZUBOFF, 2019: p. 8).

Outro mérito relevante é a abordagem interdisciplinar e interseccional que permite compreender como o viés algorítmico não apenas reflete, mas amplifica desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, contribuindo para a sub-representação feminina no debate político *online*. Além disso, André (2025) utiliza exemplos práticos de diversos contextos nacionais, como Brasil, México e Colômbia, para ilustrar como a manipulação digital e a desinformação afetam a integridade democrática.

Por outro lado, o texto apresenta pontos frágeis, sendo o principal deles a ausência de dados empíricos primários, uma limitação reconhecida pela própria autora. A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, baseando-se majoritariamente em revisões bibliográficas e análise de dados secundários, o que restringe a profundidade das evidências sobre como esses vieses se manifestam em tempo real nas plataformas. Embora o artigo sugira a necessidade de auditorias algorítmicas e experimentos futuros, ele não chega a realizar essas intervenções técnicas que poderiam comprovar os mecanismos exatos de exclusão. Além disso, o foco em grandes empresas de tecnologia (*big techs*) dos Estados Unidos da América e da China pode deixar de lado as particularidades de plataformas emergentes ou de nicho que também influenciam o engajamento político.

No que diz respeito à IA, a autora a entende não como um sistema autônomo e neutro, mas como um conjunto de tecnologias treinadas com grandes volumes de dados que carregam e reproduzem padrões históricos de desigualdade e preconceito. A IA é compreendida como um mecanismo de “automação da deliberação democrática” que prioriza a maximização do engajamento e a previsibilidade comportamental em detrimento da pluralidade de ideias (ANDRÉ, 2025: 101). André (2025: 102-103) parte da leitura de Pasquale (2015) e Gisllespie (2014) para ressaltar que a tecnologia generativa atua como um “intermediário algorítmico” ou “porteiro da informação” que define o que é visível no espaço público digital, operando dentro de uma “caixa-preta” que dificulta a compreensão de como as preferências políticas são moldadas. Em suma, a IA é vista como um dispositivo de poder que, ao automatizar rótulos e recomendações, acaba por reforçar bolhas informacionais e silenciar vozes marginalizadas, especialmente as femininas.

Com base na leitura dos textos realizada nesta seção, fica evidente que a IA pode ser definida como um dispositivo de mediação sociotécnica que transcende a mera funcionalidade computacional para atuar como uma força arquitetônica do comportamento, da identidade e das estruturas de poder. Em vez de ser considerada como uma ferramenta neutra de processamento de dados, ela emerge como um sistema que mapeia e molda a subjetividade humana. Enfim, ela opera dentro de uma lógica tecnocapitalista que prioriza a previsibilidade e o engajamento em detrimento da profundidade das relações e da pluralidade de ideias.

Ao comparar as perspectivas dos autores, percebe-se um fio condutor que identifica a IA como um agente de transformação profunda, embora sob diferentes prismas. Aquele que pontua uma visão mais crítica ao campo dos afetos, descrevendo a tecnologia como um simulacro que automatiza emoções e institucionaliza a solidão como um produto rentável (BUSÓN BUESA, 2025). Outra ótica foca no deslocamento dessa percepção para o mundo do trabalho, que reconfigura a identidade, a produtividade e visibilidade constante, acabando por acelerar o esgotamento humano e alterando a percepção do tempo (CARDOSO, AVILA e MOREIRA, 2025). Para além das questões de emoção e produtividade, outro impacto das tecnologias generativas se dá na esfera pública e democrática, mas com enfoques distintos: um focado na ambivalência técnica da IA que tanto potencializa a análise estratégica de sentimentos e o engajamento eleitoral quanto facilita a disseminação em massa de desinformação (AGUIAR, 2025); e outro, que aprofunda a crítica à suposta neutralidade do código que, longe de ser imparcial, codifica e amplifica vieses históricos de gênero e raça, transformando-se em um mecanismo que silencia vozes marginalizadas e reforça bolhas informacionais (ANDRÉ, 2025).

Em conjunto, os autores examinados nessa seção demonstram que a IA vai além de ser apenas uma tecnologia de processamento de dados. Trata-se de uma inteligência técnica que transforma a realidade com base em uma lógica algorítmica, colocando em risco a preservação da dimensão humana no debate democrático. Além disso, a tecnologia generativa impacta a democracia ao oscilar entre o engajamento estratégico e a desinformação, frequentemente intensificando preconceitos de gênero e raça camuflados pela suposta neutralidade de seus algoritmos. Essa tecnologia é caracterizada não como uma ferramenta neutra, mas como uma força sociotécnica capaz de reconfigurar a identidade humana e as relações de poder dentro de uma lógica tecnocapitalista. Os autores concordam que as tecnologias generativas têm um

impacto significativo na sociedade atual, tanto na transmissão encenada de emoções quanto na reconfiguração intensa do trabalho e da percepção do tempo.

Considerações finais

A análise transversal dos estudos reunidos neste artigo permite concluir que a IA e as HD convergem em um debate inadiável sobre as fronteiras da inovação e da memória. A importância deste debate é fortalecida pela parceria estratégica com a revista CONEHD, cujo dossiê sobre a temática tem o papel fundamental de descentralizar a produção científica e fortalecer o olhar do Sul Global sobre a datificação da vida. Essa revisão pautada em uma análise comparativa pretende fundamentar a IA não apenas como ferramenta técnica, mas como dispositivo sociotécnico e político que impacta a produção e o controle do conhecimento. Ao longo desta coletânea, a IA é compreendida como a evolução da capacidade computacional voltada para simular a cognição humana, permitindo tomadas de decisão baseadas em dados e contextos interiorizados. No entanto, os autores advertem que essa simulação não substitui a consciência histórica ou a sensibilidade ética. Pelo contrário, a presença da IA desafia a autonomia cognitiva, exigindo uma postura de mediação humana constante para evitar a alienação tecnológica. Desde a análise de morfossintaxe dos prompts na vigilância sanitária até as reflexões sobre o “lado sombrio” dos algoritmos — que podem perpetuar preconceitos raciais e de gênero sob a lógica do capitalismo de vigilância. Em outras palavras, pretendi demonstrar que as tecnologias generativas devem ser um recurso didático e científico emergente, e nunca um substituto do pensamento crítico.

Em suma, este artigo reafirma que a integração da IA na sociedade e na educação exige um equilíbrio constante entre inovação e ética humanística. A trajetória percorrida pelos diferentes autores – abordando desde o ensino de história e o uso do ChatGPT até a regulação algorítmica e o controle social no cinema – oferece uma cartografia essencial das transformações provocadas pela revolução digital. Ao unir o rigor acadêmico do Grupo de Pesquisa MITECHIS à plataforma de difusão do conhecimento alicerçada pela Revista CONEHD, entendo que não apenas se documenta o presente, mas se projetam caminhos para que pesquisadores e educadores garantam que a tecnologia contribua para o progresso do conhecimento sem

comprometer a justiça social ou a integridade científica. É, portanto, um convite à reflexão sobre o que significa ser humano e produtor de saber em uma era definida pela mediação algorítmica.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Iana Oliveira da Silva (2025). População conectada: como a internet e as redes sociais online transformaram as campanhas eleitorais no Brasil. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 203–216. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2254. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2254>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- AMOORE, Louise (2020). *Cloud Ethics: Algorithms and the Making of Our World*. Durham: Duke University Press.
- ANDRE, Gabriela (2025). Viés de gênero em algoritmos de recomendação política: impactos na exposição seletiva, formação de opinião e engajamento político feminino em plataformas digitais. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 97–115. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.1653. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/1653>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- ARRABAL, Alejandro Knaesel; FRANÇA, Maria Eduarda Bernardes (2025). O desafio da autonomia cognitiva humana na era da Inteligência Artificial. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 142–159. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2272. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2272>>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Amor líquido: Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BROUSSARD, Meredith (2018). *Artificial Unintelligence: How Computers Misunderstand the World*. Cambridge: MIT Press.
- BUSÓN BUESA, Carlos (2025). Humanidade desconectada: algoritmos, plataformas, solidão e miragens digitais. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 116–141. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2317. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2317>>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- CARDOSO, Geovanna Chagas; AVILA, Maria Auxiliadora; MOREIRA, Alessandro Messias (2025). O trabalho, gerações e tecnologias: reflexões sobre identidade e transformações no mundo contemporâneo. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 182–202. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2326. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2326>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- CASTELLS, Manuel (2010). *The rise of the network society*. Wiley-Blackwell.
- CEPELLOS, V. M.; SILVA, G. T.; TONELLI, M. J. (2019) Envelhecimento: múltiplas idades na construção da idade profissional. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 26, n. 89, pp. 269–290, abr./jun. DOI: 10.1590/1984-9260894. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/ykDZlGq7x/YcvDWsWlBmYcc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

- COELHO, George Leonardo Seabra; SILVA, Luiz Gustavo Martins da (2023). Cultura digital, games e educação histórica. *Revista Hydra*, v. 6, pp. 104-137. DOI: 10.34024/hydra.2023.v6.14425. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/14425>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- COELHO, George Leonardo Seabra *et al.* (2022) Entre o esperado e o real: tecnologias digitais, ensino e manuais didáticos de História. *Revista História Hoje*, v. 11, pp. 102-127. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/924>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- COELHO, George Leonardo Seabra *et al.* (2024a). Acervos digitais e ensino de história: o Arquivo Público do Estado de São Paulo enquanto oficina para aprendizagem histórica. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 29, n. 4, pp. 194-224. DOI: 10.5433/1981-8920.2024v29n4p194. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/51861>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- COELHO, George Leonardo Seabra; RIBEIRO, Maria Aparecida Pires; REIS, Arthur Ferreira; RODRIGUES, Rodrigo Gouvêa (2024b). Convergência Digital e História. *Revista Hydra*, v. 7, pp. 47-76. DOI: 10.34024/hydra.2023.v7.16285. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/16285>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- CRAWFORD, Kate (2021). *The Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence*. New Haven: Yale University Press.
- DUTRA, J. S (2008). Gestão de carreiras. *GVexecutivo*, São Paulo, v. 7, n. 1, pp. 56-61, jan./fev. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/34084>>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- DUTRA, J. S. *et al.* (2009). As carreiras inteligentes e sua percepção pelo clima organizacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 55-70, jun. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- FEENBERG, A (2003). O que é filosofia da tecnologia? - Conferência realizada para os estudantes universitários de Komaba em junho de 2003. *Simon Fraser University*. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_O_que_e_a_Filosofia_da_Tecnologia.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.
- FINAMOR, Márcio da Silva; SILVA, Davi José de Souza da; SILVA, Nathalia Christine Santos Corrêa da (2025). Interfaces entre humanidades digitais e inteligência artificial na educação: uma revisão de escopo. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 251-291. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2273. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2273>>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- FORTES, Lucas Bitencourt (2025). A íntima relação entre escola e Inteligência Artificial. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 26-41. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2209. Disponível em: <<https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2209>>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- GILLESPIE, T. (2014). The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. (eds.). *Media Technologies: Essays On Communication, Materiality, And Society*.

- HAN, Byung-Chul (2014a). *La agonía del Eros*. Barcelona: Herder.
- HAN, Byung-Chul (2015). *La expulsión de lo distinto*. Barcelona: Herder.
- HAN, Byung-Chul (2012). *La sociedad de la transparencia*. Barcelona: Herder.
- HAN, Byung-Chul (2014b). *Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Barcelona: Herder.
- HAYLES, N. Katherine (2017). *Unthought: The Power of the Cognitive Nonconscious*. Chicago: University of Chicago Press.
- IBGE (2023). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- MANOVICH, Lev (2020). *Cultural Analytics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- PASQUALE, F (2015). *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press.
- PAWLICKA-DEGER, Urszula (2022). Infrastructuring Digital Humanities: On Relational Infrastructure and Global Reconfiguration of the Field. *Digital Scholarship in the Humanities*, v. 37, n. 2, pp. 534–550. Disponível em: <https://academic.oup.com/dsh/article/37/2/534/6372159>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- ROCKWELL, Geoffrey; SINCLAIR, Stéfan (2016). *Hermeneutica: Computer-Assisted Interpretation in the Humanities*. Cambridge: MIT Press.
- RODRIGUES, Andréa Aparecida (2025). Eu, educadora: reflexões sobre o avanço da inteligência artificial na educação. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 42–53. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2253. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2253>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- RODRIGUES, Melissa Bertolini; BROGNOLI, Paula Caldas (2025). Entre estudantes e docentes: o uso do ChatGPT no ensino de línguas estrangeiras na Universidade Degli Studi Di Perugia. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 8, pp. 292–315. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2105. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2105>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, [S. l.], v. 52, n. 5, pp. 546–553, dez. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em 21 mar. 2026.
- ZUBOFF, Shoshana (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. Profile Books.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa

O autor declara que nenhuma ferramenta de inteligência artificial generativa foi utilizada em nenhuma fase do desenvolvimento deste manuscrito (concepção, redação, análise de dados ou submissão).